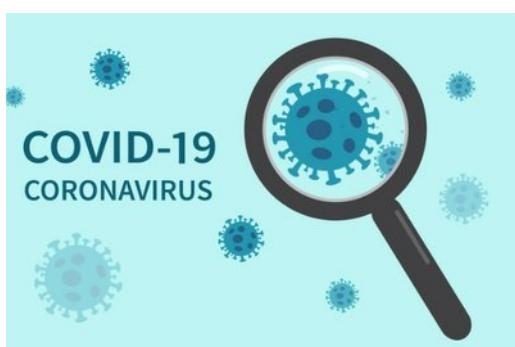




O que está sendo feito?

1. Giac questiona Ministério da Saúde sobre diretriz para uso da cloroquina no tratamento da covid-19



O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac-Covid-19) enviou nesta segunda-feira (25) ofício ao Ministério da Saúde questionando sobre a diretriz para administração da hidroxicloroquina aos pacientes de covid-19, inclusive com sintomas leves e em estágio inicial da doença. A orientação para uso da medicação está prevista na Nota Informativa

nº 9/2020- SE/GAB/SE/MS, publicada na última semana.

O Giac pergunta qual a natureza jurídica da orientação, se ela vincula ou não os gestores municipais e estaduais de saúde e se, com a edição da nota, considera-se a hidroxicloroquina incorporada ao SUS. O Gabinete Integrado lembra que a incorporação de tecnologias em saúde ou a alteração de diretrizes terapêuticas devem ser precedidas de processo administrativo, e solicita cópia integral do procedimento que resultou na Nota Informativa. Também pede cópia do parecer da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS sobre o tema, como exigido pela Lei 8.080/90.

No documento, o Giac aponta a baixa capacidade de testagem para a covid-19 no Brasil, perguntando de que forma o Ministério pretende garantir que os médicos sejam capazes de prescrever a hidroxicloroquina para pacientes no início da doença. O Gabinete questiona se há previsão imediata de aumento da capacidade de testagem e solicita o detalhamento.

Há perguntas sobre a capacidade de produção da cloroquina no Brasil, considerando o aumento de demanda, e sobre as providências para evitar o desabastecimento da substância, usada também no tratamento de outras doenças. O Giac quer saber se o Ministério dispõe de estoque de cloroquina e dos demais medicamentos indicados para o tratamento de covid-19, além de condições para a realização dos exames laboratoriais, radiológicos e



complementares citados na Nota Informativa como relevantes para o acompanhamento dos pacientes, bem como quais os critérios de distribuição, entre outros dados. O envio do ofício foi decidido em reunião de focalizadores realizada na semana passada, e as informações irão instruir procedimentos instaurados pelo MP sobre o tema.

2. Giac reitera ofícios enviados ao Ministério da Saúde

O Giac-Covid-19 enviou, nesta segunda-feira (25), ao ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, documento em que lista todas as informações solicitadas pelo Gabinete Integrado e ainda não respondidas pelo Ministério. Ao todo, 11 ofícios estão pendentes de resposta. As correspondências tratam de temas como pedido de regulamentação e autorização, em caráter emergencial, para que médicos estrangeiros atuem no Brasil em combate à pandemia; aquisição de respiradores e critérios de distribuição aos estados; regras de isolamento social, entre outros assuntos. O Giac reitera o pedido de resposta, sugerindo que o envio de documentos e informações seja feito por meios digitais.

3. MPs recomendam transparência nos gastos e ações de combate à covid-19

A atuação do Ministério Público vem resultando em recomendações enviadas a governos estaduais e municipais para assegurar maior transparência nas ações, números e emprego de verbas públicas destinadas ao combate à covid-19. Em Roraima, [MPF e MP Estadual recomendaram](#) ao Governo e à Prefeitura de Boa Vista, além das respectivas Secretarias de Saúde, ações para dar maior publicidade às contratações - incluindo aquelas por dispensa de licitação -, que sejam relacionadas ao enfrentamento da pandemia. O prazo é de dez dias para que todos os atos pretéritos, e também os futuros, para combater o coronavírus passem a ser publicados nos diários oficiais, nos quais devem constar inclusive a informação do CPF/CNPJ dos particulares contratados.

No Mato Grosso do Sul, [três recomendações expedidas pelo MP Estadual](#) pedem transparência nos gastos das verbas destinadas à pandemia nos



municípios de Chapadão do Sul, Paraíso das Águas, Jardim e Guia Lopes da Laguna. Todas as contratações e aquisições devem estar disponíveis na internet, com dados como nome dos contratados, números de inscrição na Receita Federal (CNPJs), prazos contratuais, objetos e quantidades contratados, valores e números dos respectivos processos de contratação.

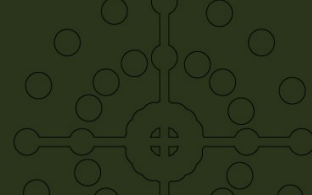
Já em Goiás, além do MPF e do MP Estadual, assinam a [recomendação](#) o Ministério Público do Trabalho (MPT) e os Ministérios Públicos de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento orienta a adoção, pelo governo estadual, de medidas para maior transparência das informações relativas ao sistema de saúde e às vagas na rede de atendimento (censo hospitalar). Um dos objetivos é assegurar o cumprimento de portaria do Ministério da Saúde que determina o registro obrigatório de internações hospitalares dos casos suspeitos e confirmados de covid-19 nos hospitais públicos e privados que prestam serviços no SUS. O prazo para cumprimento é de 15 dias.

4. Liminar determina medidas de segurança em frigorífico no Mato Grosso

O MPT em Mato Grosso obteve liminar que obriga a unidade de frigorífico da empresa Marfrig em Várzea Grande a adequar suas linhas de produção para diminuir a exposição de trabalhadores à contaminação pela covid-19. A empresa tem cinco dias para alterar a taxa de ocupação de todos os ambientes de produção no município, para que cada trabalhador ocupe, sozinho, uma área com 9 m². Além disso, os trabalhadores devem permanecer distantes, no mínimo, 1,5 m dos demais trabalhadores da mesma linha de produção ou de linhas que estejam na frente ou atrás da linha em questão, medida que foi determinada para todas as unidades da empresa no estado. A decisão aconteceu depois que a Marfrig em Várzea Grande (MT) registrou 25 casos de covid-19 entre seus trabalhadores, com uma morte. [Leia mais](#).

5. Mediação do MPT-RN resulta em gratificação covid-19 para servidores da Saúde de Natal

A Câmara Municipal de Natal aprovou, na última semana, Projeto de Lei Complementar que cria gratificação transitória aos servidores da saúde que



BOLETIM

estiverem exercendo suas atividades durante a pandemia de covid-19. O projeto foi um dos compromissos firmados pelo Município de Natal em mediação conduzida pelo MPT do Rio Grande do Norte, com base em proposta debatida pela Secretaria Municipal de Saúde e sindicatos de diversas categorias. [Leia mais.](#)